

Ameaçada a eleição/88 no DF

Parte da bancada não aceita a tese do "mandato-tampão"

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

As eleições para governador e deputado do DF no ano que vem, já aprovadas pela Comissão de Sistematização, correm o risco de não passar no plenário da Constituinte. Um grupo de parlamentares integrantes da bancada do DF no Congresso não concorda com o mandato-tampão, de dois anos, e se articula para a apresentação de emenda diferente: para esse grupo, o importante é manter o texto do substitutivo, em sua versão original, coincidindo as eleições no DF com as de Presidente da República.

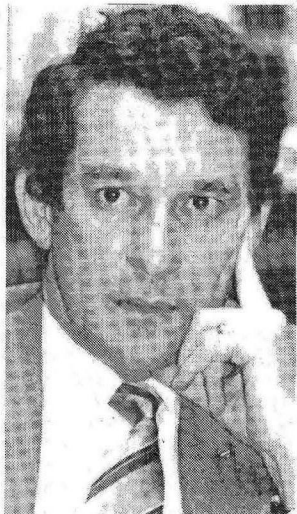
Nesse caso, se o plenário da Constituinte confirmar eleições para Presidente da República já em 1988, também os novos representantes do DF seriam eleitos na mesma época. Mas, se as eleições presidenciais forem jogadas para 1989, como é defendida pela corrente que apóia o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, os brasileiros continuariam com o direito de eleger seu governador e deputados, mas José Aparecido ainda administraria o DF por mais um ano.

O senador Maurício Corrêa (PDT/DF) quer eleições "o quanto antes" para o DF, mas acha que sua dependência financeira da União coloca o DF, quase necessariamente, no mesmo barco do governo federal. Ele considera mais oportuno que as eleições para Presidente e governador do DF sejam realizadas à mesma época, para não inviabilizar o próprio governo eleito. Nesse sentido, ele já está preparando uma emenda que vai levar ao plenário, segundo informações de seu assessor, Antonio Carlos.

Nessa mesma linha, porém com alguma variação, está o deputado Francisco Carneiro (PMDB/DF). Ele disse que não houve um entendimento sobre o "mandato-tampão", mas que pensava em eleições para 1990. "Eleições em 88 serão muito prejudiciais para o DF, porque o Congresso ainda estará votando as leis complementares e os partidos estarão mobilizados para as eleições presidenciais", afirmou Carneiro, admitindo porém a possibilidade de um acordo.

Mas, para o deputado Jofran Frejat (PFL/DF) é importante a realização de eleições em 88 justamente porque essa primeira administração eleita terá como objetivo principal "administrar a transição", ficando os deputados distritais com a tarefa de criar a Constituição do DF, de acordo com a Carta Magna aprovada pela Constituinte. "Na verdade, não será uma época muito profícua em realizações, materiais, mas a cidade não poderá ficar mais parada do que agora", afirmou.

Rebatendo as argumentações dos parlamentares



Campelo e Augusto: agora, divergências



que não querem eleições no ano que vem, o autor da proposta vitoriosa na Comissão de Sistematização, Augusto Carvalho (PCB), acredita que "o importante é a coerência do discurso feito durante as campanhas e a posição assumida no Congresso". Ele admite que dois anos é um mandato curto, mas prefere um mandato de dois anos, com um governador eleito pelo povo, que um com o "amigo do rei".

Augusto já desistiu da proposta de defender no plenário a reeleição dos eleitos no primeiro mandato, de dois anos. "A proposta foi muito criticada e eu aceitei as críticas, porque realmente já está definido pelo próprio projeto constitucional que nenhum presidente, governador ou prefeito possa se candidatar à reeleição. E um dispositivo menor não pode contrariar outro maior, além do que

seria uma excepcionalidade para o DF que não encontraria apoio de nenhuma outra bancada", admitiu Augusto.

Mesmo sabendo que parte da bancada do DF está se posicionando contrária às eleições em 88, Augusto acredita que elas serão aprovadas pelo plenário. "E espero que não haja empenho de nenhum parlamentar do DF para prejudicar essa conquista, apesar de reconhecer o direito que têm de se manifestar de forma diferenciada", disse ele.

OS CANDIDATOS

E enquanto os parlamentares não conseguem uma unidade sobre a data das primeiras eleições do DF, já começam a se delinear nomes de prováveis candidatos. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), que não tem representante do DF no Congresso, já tem

até reunião marcada para a próxima semana para discutir o assunto. De acordo com assessores da liderança daquele partido, a intenção inicial é lançar candidatos próprios para a Assembleia Legislativa e tentar a formação de uma aliança com os partidos progressistas, para o lançamento de um único candidato ao Governo do DF. Nomes eles ainda não têm nenhum, mas têm certeza de que poderão eleger vários parlamentares.

No PMDB, a situação é um pouco mais complicada e apesar de vários nomes já estarem sendo apontados como prováveis candidatos, o quadro somente se tornará claro a partir da promulgação da Constituinte.

Sigmaringa Seixas (PMDB/DF), ligado ao MUP, não quer botar o carro adiante dos bois e acha que o processo deve passar primeiro pela Convenção do partido. Pessoalmente, ele acha cedo para a discussão, preferindo concentrar sua atenção para o trabalho de garantir a proposta aprovada pela Sistematização no plenário da Constituinte. Sigmaringa não se acha governável. "Não, eu não sou candidato", garante ele.

Também o deputado Jofran Frejat acha que ninguém deve se auto-candidatar como candidato a qualquer cargo. "Não me considero no rol de candidatos. Não acho que existam candidaturas individuais", disse ele.

"O PFL tem que entender que fomos eleitos, que representamos a vontade de um grande número de eleitores e temos que ser respeitados, temos que ser ouvidos. Agora, se sentirmos que estamos sendo impedidos de trabalhar dentro do partido, aí temos que procurar abrigo em outra sigla", considerou.

E a principal estrela do PCB hoje no Distrito Federal, Augusto Carvalho, recebe acenos de parlamentares como "o governador do DF", mas insiste em dizer que não é candidato. Segundo Augusto, ainda no primeiro semestre deste ano, o Diretório do PCB do DF já havia lançado seu presidente, Carlos Alberto Torres, como seu candidato a governador, "para reforçar a campanha para eleições diretas em 88". Mas, isso foi no primeiro semestre, quando o deputado ainda não era considerado "o pai das eleições em 88" para Brasília e, numa convenção do partido, a definição pode ser outra.

Enquanto isso, o PT tem também nas mãos um trunfo: o seu candidato a senador nas últimas eleições, o professor Lauro Campos, foi o segundo mais votado, individualmente, e poderá ser um bom nome para aglutinar as forças progressistas. Por enquanto, a preocupação dos petistas na Constituinte é em assegurar no plenário a vitória obtida na Sistematização.



Aparecido

Aparecido apóia eleição no DF

"A Assembleia Nacional Constituinte é soberana, e cumpre a todos acatar e cumprir o ritual que envolve a transição democrática no Brasil". A afirmação foi feita ontem pelo governador José Aparecido, ao comentar a decisão da Comissão de Sistematização de aprovar eleições diretas para o Governo do Distrito Federal em 15 de novembro de 1988.

Aparecido lembrou que em seu discurso de posse no Palácio do Buriti, em maio de 85, já havia manifestado o desejo de ser o "último governador biônico de Brasília". Acrescentou que desde então não mudou o comportamento. "O que fecunda a democracia é o voto", emendou.

O governador disse que foi convocado pelo presidente José Sarney para cumprir uma missão. Ele lembrou que "teve a graça" de presidir as primeiras eleições do Distrito Federal, que, a seu ver, foram livres e limpas. "O testemunho maior é que o candidato mais votado (senador Maurício Corrêa — PDT) era da oposição".

Aparecido disse também que, terminando seu mandato, deverá retornar a Belo Horizonte, para onde já transferiu seu domicílio eleitoral. Ele não quis adiantar seus planos políticos para o futuro. E esquivou-se de responder se seria candidato à prefeitura da capital mineira, ou se tentaria retornar à Câmara dos Deputados.